

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO Estado do Rio Grande do Sul

### LEI MUNICIPAL № 136/92, de 14 de dezembro de 1992.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1993 e da outras providências.

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É estimada a Receita e fixada a Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1993, em Cr\$ 158.000.000.000,00 (cento e cinquenta e oito bilhões de cruzeiros), a valores de julho de 1992, como segue:

### 1 - RECEITAS

1.1	Receitas Correntes	•
	Receita Tributária	52.329.600.000,00
	Receita Patrimonial	6.162.000.000,00
	Transferências Correntes	88.780.200.000,00
	Outras Receitas Correntes	2.796.600.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	150.068.400.000,00
1.2	Receitas de Capital	
	Alienação de Bens	15.799.995,00
	Outras Receitas de Capital	
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	
	TOTAL DAS RECEITAS	158.000.000.000,00
2 -	DESPESAS	
2.1	Orçamento Fiscal	
	Câmara de Vereadores	4.708.400.000,00
	Gabinete do Prefeito	1.437.800.000,00
	Secretaria de Administração	8.532.000.000,00
	Secretaria de Agricultura	1.880.200.000,00
	Secretaria de Educação, Cultura e	
	Desporto	41.500.800.000,00
	Secretaria da Fazenda	26.867.800.000,00
	Secretaria de Indústria, Comércio e	
	Turismo	1.106.000.000,00
	Secretaria de Obras e Viação	33.983.800.000,00

Sec



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul-

 Secretaria de Planejamento
 5.024.400.000,00

 Secretaria de Serviços Urbanos
 17.948.800.000,00

 TOTAL DO ORÇAMENTO FISCAL
 142.990.000.000,00

2.2 Orçamento da Seguridade Social

 Secretaria de Saúde e Ação Social .....
 15.010.000.000,00

 TOTAL DAS DESPESAS ......
 158.000.000.000,00

Art. 20 O orçamento de investimentos das empresas em que o Município detém a maioria do capital social com direito a voto e estimado em Cr\$ 9.220.000.000,00 (nove bilhões e duzentos e vinte milhões de cruzeiros), na forma seguinte:

### RECEITA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

9.220.000.000,00

Art. 32 Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela variação acumulada da taxa referencial de juros (TR) entre os meses de julho de 1992 e janeiro de 1993, e desprezando as frações de mil cruzeiros após o cálculo.

TOTAL .....

Art. 4º Os saldos em cruzeiros das Dotações de cada sub-projeto ou sub-atividade serão mensalmente reajustados, se houver variação positiva, no primeiro dia de cada mês, a partir de fevereiro de 1993 pela seguinte fórmula:

 $SA = SI \cdot (1 + V)$ , onde

SA -> SALDO ATUALIZADO

- V  $\rightarrow$  A MENOR DAS VARIAÇÕES VERIFICADAS ENTRE O PENÚLTIMO E O ÚLTIMO MÊS ANTERIOR AO DO REAJUSTE, DOS SEGUINTES ÍN DICES:
  - a) Variação da U.P.M.
  - b) Variação do somatório da receita de ICMs e FPM, ap $\underline{\mathbf{u}}$  rada pela Secretaria da Fazenda Municipal.
- SI  $\Rightarrow$  SALDO OBSERVADO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS ANTERIOR AO DO REAJUSTE.

Art. 5º As alterações nos saldos das Dotações provenientes de abertura de Créditos Adicionais ou Cancelamentos, promovido pelo Poder Executivo, no uso de sua atribuição prevista no artigo 6º adiante e a abertura de Créditos Adicionais e Cancelamentos decorrentes de Lei aprovada pela Câmara





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

- 3 -

Municipal terão os valores nominais vigentes da respectiva abertura acrescidos aos saldos existentes.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, reajustado na forma dos artigos 3º e 4º retros.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite os Créditos Adicionais Suplementares que não alterem o valor de dotação atribuída a cada projeto ou atividade e os que decorram de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Podera o Poder Executivo realizar operações de Crédito por antecipação da Receita em qualquer mês do exercício financeiro até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada reajustada na forma dos artigos 3º e 4º acima.

Paragrafo único. Em garantia das operações de que trata o "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a ceder as cotas partes do ICMs (Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicações).

Art. 82 A Receita e a Despesa serão executadas conforme os anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 92 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos catorze (14) dias do mês de dezembro do ano de 1992.

PAULO ARTUR RITZEL

Prefetto Municipal

GILBERTO DOS REIS

Secretario de Planejamento

EDISON SZOUETRA

ecretario da Fazenda

Registre-se e Publique-se.

JURANDER DINIZ DA COSTA

Secretário de Administração.

nrbc